

INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS
Art.º 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho

Prénatal – Sociedade Unipessoal Lda, com sede legal na Rua Humberto Madeira 9 – Ed Chicco, Queluz de Baixo – 2730-097 Barcarena, NIF 500481164 (doravante a “**Sociedade**” ou o “**Responsável**”), responsável pelo tratamento dos dados pessoais, fornece aos titulares de dados (doravante, os “**Titulares**”) as informações de privacidade que se seguem, nos termos do artigo 13.º do Regulamento (UE) 2016/679 (doravante “**RGPD**”).

A Sociedade, na qualidade de responsável pelo tratamento, compromete-se a proteger a privacidade e os direitos do Titular e, de acordo com os princípios que resultam das referidas normas, o tratamento dos dados fornecidos terá por base os princípios da correção, licitude e transparência.

1. TIPOLOGIA DOS DADOS TRATADOS

Os dados pessoais que o Responsável poderá obter serão fornecidos diretamente pelo Titular. Esses dados poderão ser, por exemplo, dados do registo civil, dados de contacto (por ex. nome, apelido, e-mail, número de telefone), função desempenhada.

2. FINALIDADE DO TRATAMENTO

Os dados pessoais dos Titulares serão tratados pela Sociedade para as seguintes finalidades de tratamento:

- a) cumprir as obrigações relativas à gestão das encomendas dos chamados “clientes B2B” (sociedades, associações, instituições, etc.) e, mais especificamente, encomendas, remessas, gestão de contratos, pagamentos, faturas, recolha de referências na fase de informações pré-contratuais;
- b) desenvolver todas as atividades administrativas, contabilísticas e fiscais relacionadas com a finalidade mencionada na anterior alínea a), assim como cumprir as disposições das leis e regulamentos nacionais e estrangeiros, ou cumprir uma ordem da autoridade judicial ou outras autoridades a que o Responsável esteja sujeito;
- c) exercer os direitos do Responsável, com especial no que refere à defesa em sede judicial e à gestão do contencioso.

Os dados pessoais (contacto de referência e e-mail de referência) necessários para a prossecução das finalidades de tratamento descritas nas alíneas a), b) e c) estão assinalados com um asterisco no formulário de registo.

O fornecimento de dados para as finalidades referidas nas alíneas a), b) e c) é facultativo, contudo, a falta de fornecimento de dados e/ou a recusa expressa do seu tratamento impossibilitará o Responsável de dar seguimento às encomendas acima referidas. O tratamento é lícito na medida em que for realizado para cumprimento de obrigações pré-contratuais e contratuais, cumprimento das disposições legais e regulamentares e exercício dos direitos do Responsável.

- d) realizar diversos tipos de atividades de marketing, incluindo a promoção de produtos, serviços, distribuição de material informativo, publicitário e promocional, eventos, envio de newsletters e publicações;

O fornecimento de dados para as finalidades referidas na alínea d) é facultativo. No entanto, qualquer recusa em fornecê-los impossibilitará o Responsável de realizar as atividades aí indicadas.

O Titular também pode revogar o seu consentimento a qualquer momento, com a mesma facilidade com que o concedeu.

3. MODALIDADE DO TRATAMENTO

O tratamento de dados é efetuado eletronicamente e/ou em papel, mediante registo, gestão, arquivo e transmissão de dados, também com o auxílio de ferramentas informáticas.

As ferramentas e suportes utilizados na realização das atividades de tratamento são adequados para garantir a segurança e confidencialidade dos dados.

Ao realizar as atividades de processamento, a Sociedade se compromete a:

- zelar pela exatidão e atualização dos dados tratados, efetuando de imediato as correções e/ou integrações solicitadas pelo Titular;
- adotar medidas de segurança apropriadas para garantir a proteção adequada dos dados, tendo em consideração os potenciais impactos que o tratamento tem sobre os direitos e liberdades fundamentais do Titular;
- notificar o Titular sobre quaisquer violações de dados pessoais nos prazos e nos casos previstas na legislação aplicável;
- garantir a conformidade das operações de tratamento com as disposições legais aplicáveis.

4. COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DADOS

Sem prejuízo das comunicações efetuadas no cumprimento de obrigações legais, os dados pessoais do Titular poderão ser conhecidos, para além do Responsável, por:

- trabalhadores e colaboradores do Responsável enquanto funcionários autorizados a tratar os dados;
- empresas nacionais e estrangeiras pertencentes ao mesmo grupo do Responsável;
- consultores administrativos/contabilísticos;
- autoridades em geral, administrações, organismos e entidades públicas, nacionais e estrangeiras;
- qualquer pessoa que seja destinatário legítimo de comunicações exigidas por disposições legais ou regulamentares.

exclusivamente para as finalidades acima previstas de acordo com qualquer consentimento concedido pelo Titular. Os dados pessoais não estão sujeitos a divulgação.

5. TRANSFERÊNCIA PARA O ESTRANGEIRO

Os dados pessoais serão guardados e tratados no interior da União Europeia.

No caso de algum tratamento de dados pessoais ser realizado fora da União Europeia, o mesmo terá lugar apenas após a adoção das garantias adequadas, conforme exigido pela legislação aplicável.

6. POLÍTICA EM MATÉRIA DE CONSERVAÇÃO DOS DADOS

A Sociedade conserva os dados pessoais nos seus sistemas de modo a permitir a identificação dos titulares dos dados de acordo com os seguintes critérios:

- por um período de tempo que não ultrapasse a consecução das finalidades para as quais são tratados, salvo obrigações regulamentares ou contratuais de que resulte o contrário;
- para cumprir obrigações regulatórias ou contratuais específicas;
- sendo aplicável e legítimo, até eventual pedido de cancelamento pelo titular.

7. DIREITOS DO TITULAR

O Titular pode fazer valer os seus direitos, reconhecidos pela legislação aplicável e, em especial, pelos artigos 15.º a 22.º do RGPD, tais como:

- Direito de acesso: direito de obter a confirmação pelo Responsável de que os dados pessoais estão ou não a ser tratados e, nesse caso, obter acesso aos dados pessoais e informações adicionais sobre a origem, finalidade, categorias de dados tratados, destinatários de comunicações e/ou transferência de dados, etc.
- Direito de retificação: direito de obter do Responsável a retificação dos dados pessoais imprecisos, sem demora injustificada, assim como a completude dos dados pessoais incompletos, também mediante a apresentação de declaração complementar.
- Direito ao apagamento: o direito de obter o apagamento dos dados pessoais pelo Responsável, sem demora injustificada, no caso de:
 - os dados pessoais já não serem necessários em relação às finalidades do tratamento;
 - o consentimento em que o tratamento se baseia ser retirado e não existir outra base legal para o tratamento;
 - os dados pessoais serem tratados ilegalmente;
 - os dados pessoais deverem ser apagados para cumprir uma obrigação legal.
- Direito de se opor ao tratamento: o direito de se opor em qualquer momento ao tratamento de dados pessoais que tenha como base legal um interesse legítimo do Responsável.
- Direito à limitação do tratamento: direito de obter do Responsável a limitação do tratamento, nos casos em que seja contestada a exatidão dos dados pessoais (pelo prazo necessário para o Responsável verificar a exatidão desses dados pessoais), se o tratamento for ilícito e o Titular se tiver oposto ao tratamento, se os dados pessoais forem necessários para que o Titular determine, exerça ou defenda um direito em tribunal, se na sequência da oposição ao tratamento o Titular estiver pendente de verificação da prevalência ou de outra forma do interesse legítimo do Responsável.
- Direito à portabilidade dos dados: o direito de receber os dados pessoais num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática e de os transmitir a outro responsável pelo tratamento, apenas nos casos em que o tratamento se baseie no consentimento ou num contrato e apenas para os dados tratados por meios eletrónicos.
- Direito a não ser sujeito a decisões automatizadas: direito de obter do Responsável a garantia de que não é sujeito a decisões baseadas apenas no tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produzam efeitos jurídicos relativamente ao Titular ou que afetem significativamente a sua pessoa, exceto se essas decisões forem necessárias para a celebração ou execução de um contrato ou se tiverem por base o consentimento prestado pelo Titular.
- Direito de apresentar reclamação junto de uma autoridade de controlo: sem prejuízo de qualquer outro recurso administrativo ou judicial, o Titular que considere que o tratamento que lhe diz respeito viola o RGPD tem o direito de apresentar reclamação junto de uma autoridade de controlo.

Para efeitos do exercício dos direitos previstos no RGPD, o interessado pode:

(i) remeter os seus pedidos ao Responsável para portugal@prenatal.com

(ii) ou em alternativa contactar o Responsável para o seguinte endereço:

Prénatal – Sociedade Unipessoal Lda
 Rua Humberto Madeira 9 – Ed Chicco
 Queluz de Baixo – 2730-097 Barcarena
 indicando no assunto “Privacy”.

O Responsável nomeou o “encarregado da proteção de dados” previsto no RGPD (“**Data Protection Officer**” ou “**DPO**”). Pode contactar o DPO para o seguinte endereço de correio eletrónico: portugal@prenatal.com